

Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil

de Laura Rebecca Murray¹

Em abril de 2015, nos últimos dias de escrita de minha tese, recebi um e-mail de uma curadora do *Museu de Arte do Rio* solicitando permissão para utilizar uma das imagens de *Um Beijo para Gabriela*, documentário que fiz em 2013 sobre Gabriela Leite, numa exposição que seria chamada *Tarsila e as Mulheres Modernas do Rio*. Impressionou-me o convite e tive dúvidas em respondê-la. Isso porque o projeto mais amplo de “revitalização” da Praça Mauá, do qual o museu faz parte, promoveu a precarização dos habitantes do lugar, removendo moradores da região e pequenas empresas locais, incluindo bordeis antigos do centro do Rio. Conheci nessa época artistas plásticos que se recusaram a expor no museu por questões políticas e tentei imaginar como Gabriela responderia ao convite que me fora formulado. Cogitei que ela pudesse ter dito, “sim, claro!”, até com um ar de frustração por eu ter me aventurado a hesitar.

Segui essa intuição, autorizando o uso, mas não tive mais contato com o museu até a abertura da exposição no segundo semestre de 2015. A foto de Gabriela estava numa parte da exposição denominada “Política e Ação”, agrupada a um pequeno círculo de outras ativistas mulheres (Figura 1). A foto não era uma das minhas – era de um fotógrafo profissional, e fazia parte de uma série de imagens feitas para a sua autobiografia, *Filha, Mãe, Avô e Puta* (2009).

Outra foto dessa mesma série foi base para um grafite que ganhou os muros da cidade, onde Gabriela aparece com um cigarro na mão. A técnica *stencil* do retrato remete à imagem icônica de Che Guevara, estampada em camisetas e muros do mundo e, sempre, evocativa de revolução. A imagem exibida em uma exposição no museu me parecia, contudo, diferente. A fotografia de Gabriela, com uma ampliação fotográfica de excelente qualidade, enquadramento

¹ Pós-doutora no Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pesquisadora do Observatório da Prostituição/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: laurinhmurray@gmail.com

impecável, evidenciava o quão bem planejadas e organizadas eram as narrativas que reuniam, naquela parede, mulheres de trajetórias tão distintas, embora “exemplares” de “política e ação”.

Em ambas as apresentações, a imagem exibida aciona a dimensão política. Que o rosto de uma prostituta seja visibilizado na rua – embora seu “lugar” – por um grafite é um fato político. Igualmente político é encontramos num importante museu de arte a mesma imagem de uma prostituta como referência de *Mulher na Modernidade* do Rio de Janeiro. Eis o foco de meu texto: uma *política de puta*, ou, *puta politics*, que a partir de estratégias que investem nas ambiguidades, contradições e imprevisibilidade inerentes à subjetividade do “devir puta” (Olivar 2013), opera tanto em espaços institucionais como na rua, tendo plena consciência das concessões necessárias para ocupar os dois espaços.



Figura 1. Acima, a foto da Gabriela como parte da exibição, *Tarsila e as Mulheres Modernas* do Rio. Embaixo, a grafite da Gabriela na Rua da Passagem, Botafogo. Fotos: Laura Murray.

Movimento

O movimento brasileiro de prostitutas nasceu de uma parceria entre Gabriela Leite e Lourdes Barreto quando pautaram, numa reunião da Pastoral da Mulher Marginalizada em 1984, que as prostitutas precisavam falar por si e com base em uma atitude contra todas as formas possíveis de vitimização (Leite 2009; Simões 2010a). Ambas contam a história desse encontro, atravessado por momentos de embates e aproximações com algumas instituições ali presentes com o fim de “salvar” as prostitutas. Elas causaram uma pequena rebelião ao se posicionarem contra o discurso recorrente da vitimização. De acordo com a Lourdes, o representante do Ministério da Cultura “ficou louco por nós”, e se ofereceu para apoiar um primeiro encontro nacional, que aconteceria três anos depois no Circo Voador do Rio de Janeiro, um símbolo importante da resistência e contra-cultura no momento histórico de redemocratização. Conforme contado por Gabriela (2009), era o “momento certo” no qual “a sociedade precisava dar um grande passo em relação à puta. Nós fomos abrindo caminho, saímos do escuro para praticamente um estrelato” (149).

Caminhos foram sendo abertos em diversos espaços e dois anos depois no encontro Prostituição & Aids promovido pelo Instituto Sobre Estudos de Religião (ISER) no Rio de Janeiro Gabriela e Lourdes também estavam presentes, agora ambas assessoras do ISER no Programa Prostituição e Direitos Civis. A fala de Gabriela publicada na época no *Beijo da rua* mostra novamente uma revolta com posturas de autoridades institucionais, sobretudo dos médicos e profissionais de saúde: “Senti que as pessoas estavam distantes de tudo o que os médicos estavam falando e que não gostaram, é claro, do debate exclusivo entre eles. Dai, na manhã seguinte, voltei com um vestido preto decotado, sapatos de salto, maquiagem exagerada e falei da minha vida” (Lenz 1990).

Esses dois exemplos mostram uma renegociação estratégica de subjetividades e uma resistência contra o confinamento à espaços e discursos institucionais que é particular do movimento de prostitutas no Brasil. Baseado em seu extenso trabalho etnográfico com quatro prostitutas militantes em Porto Alegre e as teorias de poder e resistência de Foucault e Deleuze e Guattari, Jose Miguel Olivar propõe pensar a “putaria como potência”, e a puta como um poder fugitivo que se traduz numa habilidade de alternar entre campos subjetivos considerados contraditórios com muita facilidade (2013:313). Olivar argumenta:

Essas mulheres, como as vimos e ouvimos, antes de ser putas em oposição a ser esposas ou prostitutas são tudo aquilo junto, instavelmente junto. Aprenderem, construíam ou ganharam essas potências todas em suas trajetórias. Há um poder importante na clara capacidade de alternar entre o silêncio fundo e o barulho constrangedor, entre a obediência das gueixas e o voluntarismo capitalista, entre a ignorância aterrada e a total esperteza, entre a vítima coitada, a predadora insaciável e todos os seus intermediários (313).

As falas e atitudes de Gabriela e de Lourdes são exemplares dessa dinâmica. Em seu primeiro encontro, houve uma rebelião contra o Pastoral da Mulher, mas abriu-se uma possibilidade para uma parceria com o Ministério da Cultura. Depois ambas foram para o ISER, onde começaram uma parceria com o Ministério da Saúde e lideraram uma resposta à AIDS junto com as prostitutas que virou referência internacional. Não é então uma negação da importância de instituições, nem de trabalhar em modelos institucionais. É uma política que desconstrói o que é fazer parte de instituições por dentro, negando o politicamente correto e o senso comum, sempre utilizando a sexualidade e o corpo para tornar o “imoral” e/ou “inapropriado” visível e político.

São os mesmos motivos pelas quais Gabriela defendia o uso da palavra “puta” em vez de profissional do sexo: para ressignificar e apropriar o termo pejorativo, assim desafiando o estigma entorno da prostituição ao invés de higienizar a denominação da categoria (Leite 2013). A rejeição e estigma da puta nasce dessa ambiguidade que resiste e nega classificação. Por isso, a história entre o movimento e o Estado é de conflitos – de lutas para a legalização da profissão

ABA 2016. GT 1: A Gestão Pública da Prostituição: políticas, putas e conflitos nas arenas locais e internacionais acompanhado de fugas de regulações; lutas contra o HIV/AIDS sem aceitar ser taxadas como “grupo de risco”; e lutas contra o tráfico de mulheres mas resistindo ao resgate e vitimização. *Puta politics* procura abolir as divisões entre instituições e a rua; ao contrário de incorporar e adequar as prostitutas aos espaços institucionais, é ocupar espaços institucionais com as pautas da prostituição. É estar dentro do museu e na rua.

Mas será que é uma nova forma de política? E se sim, por que? Que diferença há entre uma *política de puta* ou *puta politics* de outras políticas e ativismo? São justamente essas questões que pretendo – de uma forma preliminar – discutir nesse breve ensaio, começando primeiro com uma discussão de “política” e os desafios teóricos e conceituais inerentes à uma pesquisa que se desloca de um foco exclusivo no ativismo e no Estado indo para os campos burocráticos onde a interação entre ambos acontece.

Minhas reflexões são baseadas na minha tese de doutorado, “Not Fooling Around: The Politics of Sex Worker Activism in Brazil”, defendida em maio 2015 na Universidade de Columbia no Departamento de Ciências Sociomédicas que incluiu quase três anos de pesquisa etnográfica (2011-2014) com organizações de prostitutas no Rio de Janeiro, Belém e Corumbá e meu projeto de pós-doutorado atual no Instituto de Medicina Social na UERJ. Os desafios de fato são múltiplos, sobretudo para uma antropóloga que, como as prostitutas, também transita fronteiras institucionais e geopolíticas, mas nem sempre com a mesma habilidade e expertise de suas interlocutoras.

Uma nova forma de política?

Política é uma palavra abrangente cujo sentido tem diluído a medida que é mais utilizada que teorizada. Conforme o Bruno Latour observa, “como até agora “tudo é político”, o adjetivo “político” sofre o mesmo destino que o adjetivo ‘social’: sendo estendido a todo lugar, ambos tornando-se insignificantes” (2007:812). Em vez de algo estático, ou exclusivamente vinculado a

estruturas do Estado, ele sugere que a *política* deve ser pensada como algo em movimento, que tem uma trajetória: “a chave é fazer que todas as definições de política girarem entorno de pautas, em vez de ter pautas que entram numa esfera política pronta para serem resolvidas” (815). Seguindo o argumento do Latour, a melhor forma de entender então a relação entre política e prostituição é olhar a prostituição e formas de política que giram entorno dela.

Por sua vez, Charles Tilly e Sidney Tarrow, dois dos cientistas políticos norte-americanos mais conhecidos por seus diversos estudos sobre movimentos sociais e ação coletiva, afirmam que a população entra em contato com a política quando interage com agentes do governo, diretamente ou indiretamente (2007:5). Fazer política neste molde é então tudo; desde preencher formulários no DETRAN até seguir as leis estabelecidas no cotidiano. Em sua análise sobre humanitarianismo na França, Miriam Ticktin argumenta que a política é um conjunto de práticas pelo qual a ordem é criada e mantida, que produz e mantém relações de poder (2011). Partindo do trabalho da Chantal Mouffe (2005), Ticktin faz uma diferenciação entre “a política” (politics) e o “político” (political): ao passo que a política estabelece e mantém ordem, o político procura desestabilizar o poder dominante.

No caso, *puta politics* é ao mesmo tempo “a política” e “o político” – a forma de fazer política desestabiliza as hierarquias dominantes de gênero e sexualidade. Fazer parte da ordem política é desconstruir a ordem da sexualidade; é isso que pode ser percebido quando a definição da política gira entorno da pauta da prostituição. A singularidade do movimento de prostitutas tem mais a ver com sua forma de interagir nos múltiplos planos onde o ativismo acontece, remetendo mais à ideia “ativa e relacional” que Arturo Escobar, Sonia Alvarez e Evelina Dagnino definem como uma “política cultural” (1998) do que à ideia de “movimento social”. Nesse intuito, a marca teórica de Sherry Ortner, *serious games* (“jogos sérios”, 1996) é extremamente útil para ir além das concepções binárias de agência/estrutura e sociedade

civil/Estado e incorporar de uma forma mais efetiva uma análise de poder, combates e, fundamentalmente, gênero. *Serious games* é baseado na teoria da prática do Bourdieu (1977) e, como Ortner argumenta, pretende abraçar as seguintes dimensões:

Social life is culturally organized and constructed, in terms of defining social categories of actors, rules and goals of the games and so forth; that social life is precisely social, consisting of webs of relationship and interaction between multiple, shifting interrelated subject positions, none of which can be extracted as autonomous “agents”; and yet at the same time there is “agency,” that is, actors play with skill, intention, wit, knowledge, intelligence. The idea that the game is “serious” is meant to add into the equation the idea that power and inequality pervade the games of life in multiple ways, and that, while there may be playfulness and pleasure in the process, the stakes of these games are often very high. (1996:12)²

O marco conceitual de Ortner contempla a complexidade orquestrada, movimento constante e caos intencional que encontrei nos campos políticos onde conduzi minha pesquisa de doutorado. Como Ortner observa, poder e desigualdade atravessam todos os jogos, estruturando um campo que tem agência e autonomia, mas onde os atores que têm mais espaço para “jogar” e mais relações de influência política têm maior probabilidade de “ganhar”.

Por exemplo, quando as prostitutas reivindicam seus direitos civis ao Estado, se enredam em lógicas moralizantes que negam seu acesso à justiça e as violam, em vez de protegê-las. Eu pude observar isso diretamente ao acompanhar uma das prostitutas violadas na invasão policial do prédio em Niterói³ que peregrinou na sua luta por justiça por alguns dos aparatos de proteção dos Direitos Humanos mantidos pelo Estado. Percebi que não apenas o Estado não se mobiliza para fazer o que deve, como - muito pelo contrário - faz o possível para engendrar o que não deve, sempre muito disposto a iniciar uma volumosa e improfícua troca de ofícios entre órgãos

² Tradução livre: A vida social é culturalmente organizada e construída, em termos de definir categorias sociais de atores, regras, metas dos jogos etc.; que a vida social é precisamente social, consistindo em redes de relações e interações entre posições múltiplas, interconectadas, que estão sempre em movimento, nenhuma das quais podendo ser extraída como “agente” autônomo, mas, ao mesmo tempo, existindo a “agência”, ou seja, os atores que jogam com habilidade, intenção, expertise, conhecimento e inteligência.

³ Motivada por interesses financeiros e morais e potencializada pela repressão policial intensificada nos meses anteriores a Copa, em maio de 2014, uma operação policial coordenando mais de 100 agentes de 13 delegacias invadiu o “Prédio da Caixa”, no centro de Niterói, onde mais de 300 prostitutas trabalhavam. A ação ilegal e abusiva, conforme atestaram posteriormente a OAB/RJ e a Defensoria Pública do Estado, tinha, no entanto, o respaldo do Ministério Público do Rio de Janeiro (Murray 2014).

ABA 2016. GT 1: A Gestão Pública da Prostituição: políticas, putas e conflitos nas arenas locais e internacionais superiores e inferiores da administração. No tráfego de ofícios entre instituições, a responsabilidade fica dispersa e a hierarquia e natureza múltipla e complexa da organização do Estado o protege, dominando e alijando, por esse expediente, aquele que reclama a sua proteção⁴. Esse breve relato foi amplamente discutido durante a comunicação que fiz na Reunião Brasileira de Antropologia, em 2014, referindo-me a essa forma de agir como “fazer direitinho”, ou seja, a forma como o Estado manipula seus processos burocráticos forçando os cidadãos a atuarem em consonância com os interesses do Estado ao mesmo tempo em que os silencia como vítimas da violência estatal (Murray 2014).

Central no conceito de jogos sérios é a intenção com a qual os atores jogam, e cada vez mais, a questão de intenção também me parece ser central na comparação entre “direito” e “direitinho”. *Fazer direito*, como eu previamente defini (Murray 2014), é lutar contra a construção da vitimização e o silêncio, e em prol dos direitos. É fazer *o direito* no sentido da justiça e da lei (Vianna 2013) e também de não se submeter, de enfrentar, de protagonizar histórias e de expressar demandas. Como Indianara Siqueira frequentemente fala, “é lutar contra tudo que é imposto”. Na lógica que estou chamando de *puta politics*, a intenção do movimento e táticas que são utilizadas são alinhadas. Por exemplo, em desfiles *Daspu* e até nas parcerias históricas com o Ministério da Saúde, a intenção é re-significar discursos sobre a prostituição, seja na passarela ou no posto de saúde. E é justamente o poder de alternar entre campos subjetivos considerados contraditórios que permite “jogar” sem perder legitimidade. Aliás, é esse poder justamente que garante a legitimidade da luta.

Por outro lado, no “direitinho”, intenção e meio não são alinhados, e recursos legais e

⁴ O Observatório da Prostituição enviou vários ofícios para diversas instancias do governo no papel timbrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre as diversas violações de direitos cometidos pelo Estado na invasão do prédio da Caixa. De todos os ofícios enviados, o único respondido foi um enviado para a Secretaria de Direitos Humanos em Brasília, denunciando a recusa do Programa de Defensores de Direitos Humanos da única prostituta que levou denúncias contra a polícia pela frente. Na resposta da Secretaria de Direitos Humanos, em vez de responder as indignações colocadas no ofício, a Secretaria relatou uma “estranheza” com o “teor do documento” e simplesmente defendeu todas as decisões tomadas pelo Estado.

ABA 2016. GT 1: A Gestão Pública da Prostituição: políticas, putas e conflitos nas arenas locais e internacionais

burocráticos são utilizados para esconder os verdadeiros interesses do Estado. Loïc Waquant afirma que as lutas pelo poder entre diversos atores institucionais ocorrem no que Bourdieu destaca como “campos burocráticos” rachados e volúveis (1994), onde a responsabilidade do Estado é dispersada, tornando a sua presença mais difusa e, portanto, com maior capilaridade e capacidade para o “fazer direitinho”. Em meu campo etnográfico, o conceito do “direitinho” nasceu numa reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Corumbá no qual a representante da Secretaria Municipal de Saúde tentou impedir a eleição de um ativista polemica para a presidência do Conselho, com base numa interpretação enviesada dada por ela ao regulamento do CMS. Em seu argumento para suspender a eleição, ela implorou, “vamos fazer direitinho para não ter problemas depois.” Desde então, vi a mesma dinâmica se repetir em decisões como a de não financiamento de projetos em razão de pequenas formalidades, a recusa de proteção a vítimas de violência e nos processos de institucionalização das ONGs com as quais trabalhei.

Os momentos mais frutíferos de colaboração entre o movimento de prostitutas e o Estado foram quando as intenções e interesses de ambas as partes estavam alinhados. Por exemplo, em momentos onde houve mais abertura no governo para políticas mais progressistas, os Ministérios estavam mais dispostos a lançar campanhas como “Maria Sem Vergonha”, com afirmações como “Sem Vergonha de ser Prostituta” e “Sem Vergonha de Valorizar seu Trabalho”. Já em momentos mais dominados pelas bancadas evangélicas e fundamentalistas, como em 2013, uma campanha para o Dia Internacional das Prostitutas (2 de junho) com frases afirmando, “Sou feliz sendo prostituta” e “Não aceitar as pessoas da forma que elas são é uma violência” foi retirada. Dessa forma, ao longo de meu trabalho de campo, percebi que muitas vezes foram as políticas vinculadas à sexualidade que determinavam, em grande parte, até que ponto o Estado incorporava e/ou defendia as pautas do movimento das prostitutas ou não.

Discussões acadêmicas sobre “ativismo” tendem a focar mais nos ativistas sem um marco teórico ou aprofundamento das forças em jogo nos planos onde embates entre diversos atores acontecem. Embora haja paralelos entre *puta politics* e o que tem sido discutido em publicações recentes e importantes sobre a centralidade do corpo nas manifestações feministas, como por exemplo da Marcha das Vadias (Mattos 2014; Gomes e Sorj 2014; Buarque 2016), nessas discussões o foco é outro, e não um aprofundamento mais teórico dos campos onde esses embates acontecem. Isso dito, valeria a pena fazer uma análise mais ampla de *puta politics* e sua relação com outros ativismos feministas como a Marcha das Vadias, sobretudo nesse momento atual no qual há uma aproximação muito maior entre os dois movimentos de que quando eu realizei meu campo do doutorado.

Na literatura das ciências sociais publicada em inglês, há uma série de artigos e livros que discutem diferentes formas de *politics*, como *shit politics* (Appadurai 2001), *carceral politics* (Wacquant 2007; Bernstein 2012), *technomoral politics* (Bornstein and Sharma 2016) e *carnavalesque politics* (Klumbyte 2014). Todos tem em comum um campo de análise focado nas relações entre atores não estatais e atores estatais. Os adjetivos antes de *politics* se referem as táticas utilizadas para avançar as agendas dos movimentos em contextos contemporâneos de neoliberalismo e desigualdade, nos quais “politics” – que não necessariamente é do Estado - é cada vez mais transformada em “policy” (políticas públicas), necessariamente do Estado. Num contexto no qual muitas pautas de movimentos sociais da esquerda terem se transformado em políticas públicas durante os governos do PT, acredito que essa diferença entre “politics” e “policy” é importante ser marcada. Por isso, num primeiro momento, decidi deixar “politics” em inglês, para manter dentro de uma genealogia de pensamento que definam modelos de fazer política no sentido de criar e redefinir relações de poder.

Profissionais do Sexo e Não do Governo

Em 2011 durante o encontro regional da Rede Brasileira de Prostitutas em Belém, a Rede escreveu uma carta para o Ministério da Saúde na qual informava sua decisão de não participar mais de editais nacionais de projetos de DST/Aids e afirmava que, “nossa política de Rede não é a política atual que está no Departamento Nacional de DST AIDS e Hepatites Virais”. O título da carta, “Deliberações: Não queremos mentiras faladas, queremos ser felizes. Somos profissionais, se assim nos chamam, do sexo, e não do governo”, é uma culminação de ter passado mais que duas décadas sofrendo as consequências da institucionalização do ativismo, no qual as ONGs passaram mais tempo preenchendo relatórios e em reuniões com o governo do que com as colegas nas esquinas. A carta afirma diversas vezes que a Rede não fará parcerias que comprometem seus princípios e pautas prioritárias e expressa um desejo de assumir os espaços de boêmia e cultura nas cidades onde atua. Nessa linha a Rede Brasileira de Prostitutas, liderada principalmente pela Davida e GEMPAC, procurou valorizar as ruas e estratégias pautadas pelas esquinas e não pelo governo. Um e-mail que recebi da Gabriela em outubro do 2012 resume bem como ela pensava política, e como isso era diferente do tipo de política pautado pelo governo.

Sempre pensei em inovar na forma de fazer política. Sempre pensei em uma militância leve, com ironia. Denunciando sim, mas com alegria. Resultado deste pensamentos foram os encontros nacionais mais informais, reuniões em bares, serestas entre tantas e tantas invenções minhas e de colegas. Chegamos finalmente a *Daspu* que foi a invenção maior dessa forma de fazer política. Só que também sempre foi muito difícil levar adiante essas ideias alegres porque a maioria das pessoas, criadas politicamente dentro de uma retórica e de uma forma de fazer política com passeatas, reuniões com questões de ordem, discursos em defesa da democracia mas atitudes nem sempre democráticas, etc., etc., sempre estranharam e não entenderam que o que fazíamos era e é política. (e-mail da Gabriela, outubro 2012).

O conceito de *puta politics* nasce da filosofia política de Gabriela, tão perfeitamente descrita nesse e-mail. Desde o início do movimento ela argumentava por uma outra forma de fazer política baseada na fluidez e alegria dos bares e das ruas. Como ela chegaria a dizer numa de suas primeiras colunas no *Beijo da rua*, citando o poema “Poética” de Manuel Bandeira, uma política que pudesse seguir “todos os ritmos, sobretudo os inumeráveis”.

Dentro desse contexto de inovação e leveza, como entender a decisão da própria

Gabriela, Lourdes, Cida Vieira de APROSMIG em Belo Horizonte de se candidatar para cargos políticos? Na minha reflexão sobre o processo de filmar a campanha da Gabriela (Murray 2014b), enfatizei o quanto Gabriela colocava em primeiro plano o que a maioria dos políticos teria feito imenso esforço para esconder - ter feito abortos e ser prostituta, por exemplo. Argumento que Gabriela “desafiava a impossibilidade de fazer política como um sujeito político de fato, que tem passado e memória. Em vez de escondida, sua multiplicidade era colocada em primeiro plano e como uma forma de justificar sua compreensão da...mulher brasileira” (2014b: 532). Vejo uma dinâmica parecida nas campanhas da Lourdes e Cida; a prostituta aparece num conjunto de subjetividades que compõem o sujeito político cidadã.

A *Daspu* e as campanhas políticas são exemplares do que eu argumentaria que são três características fundamentais de *puta politics*: utilizar humor e o prazer para desafiar o que é percebido como não apropriado e/ou imoral, incluindo o uso dos próprios corpos como campos de resistência; romper hierarquias e focar na importância de estruturas se adaptarem à cultura da prostituição, ao invés do contrário; e, em terceiro, sustentar certos sistemas enquanto destrói outros, borrando e criando limites ao mesmo tempo. A ambiguidade, flexibilidade e imprevisibilidade estratégica são suas maiores forças.

Referencias Bibliográficas

ABIA e Davida

2013 Análise de contextos de prostituição em relação à direitos humanos, trabalho, cultura, saúde em cidades Brasileiras. ABIA: Rio de Janeiro.

Alvarez, Sonia, Dagnino, Evelyn e Arturo Escobar (eds.).

1998 Cultures of Politics/Politics of Cultures: Revisioning Latin American Social Movements. Westview Press.

Appadurai, Arjun

2001 Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics. *Environment & Urbanization*. 13(2): 23-43.

Bernstein, Elizabeth

2012 Carceral politics as gender justice? The “traffic in women” and neoliberal circuits of crime, sex and rights. *Theory and Society*. doi 10.1007/s11186-012-9165-9.

Blanchette, Thaddeus, Gregory Mitchell, e Laura Murray

no prelo. Discretionary Policing, or the Lesser Part of Valor: Prostitution, Law Enforcement, and Unregulated Regulation in Rio de Janeiro’s Sexual Economy. *Criminal Justice and Law Enforcement: Global Perspectives*.

Bornstein, Erica e Aradhana Sharma

2016 The righteous and the rightful: The technomoral politics of NGOs, social movements and the state in India. *American Ethnologist* 43(1): 76-90.

Bourdieu, Pierre

1977 Outline of a Theory of Practice. Cambridge: Cambridge University Press.

Bourdieu, Pierre, Loïc Wacquant, and Samar Farage

1994 Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field. *Sociological Theory* 12(1):1-18.

Buarque Holanda, Heloisa.

2016 Novos feminismos e a luta pelos direitos das mulheres.

<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2016/Novos-feminismos-e-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres>

Gohn, Maria da Glória.

2011 Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. 16(47): 333-361.

Gomes, Carla e Bila Sorj

2014 Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. 29(2): 433-447.

Klumbyte, Neringa

2014 Of power and laughter: Carnavalesque politics and moral citizenship in Lithuania. *American Ethnologist* 41(3): 473-490.

Latour, Bruno.

2007 Turning Around Politics: A Note on Gerard de Vries’ Paper. *Social Studies of Science*. 37(5): 811-820.

Leite, Gabriela

2009 Filha, Mae, Avo e Puta: A historia de uma mulher que deidiu ser prostituta Rio de Janeiro: Objetiva.

2013 Porque Gabriela gosta da palavra puta

<https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o>

Leite, Gabriela, Laura Murray, e Flavio Lenz

2015. O par e o ímpar: O Potencial de Gestão de Risco para a Prevenção de DST/HIV/Aids em Contextos de Prostituição. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 18 (Supl 1): 7-25.

Mattos, Amana

2014 On Sluts, Teachers and Black Blocs: The Street and the Construction of Political Dissent in Brazil. *Signs* 40(1): 69-74.

Murray, Laura

2014 Victim Management and the Politics of Protection: Between “Fazer Direito” and “Direitinho”. *Revista Artemis*. 18: 28-41.

2014b. A prostituição no horário eleitoral: reflexões sobre o processo de filmar e exibir o documentário: “Um Beijo para Gabriela”. Pp. 529-538. Em Simões, S., Silva, H., e Moraes, A. *Prostituição e outras formas de amor*. Niterói: Editora da UFF.

Mouffe, Chantal

2005 On the Political: Thinking in Action. New York: Routledge.

Olivar, Jose Miguel

2013 Devir Puta: Políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: Ed UERJ.

Ortner, Sherry B.

1996 Making gender: the politics and erotics of gender. Boston, MA: Beacon Press.

Ticktin, Miriam.

2011 Casualties of Care: Immigration and the Politics of Humanitarianism in France. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Tilly, Charles and Sidney Tarrow

2007 Contentious Politics. Paradigm Publishers: Boulder.

Vianna, Adriana

2013 O fazer e o desfazer dos direitos: Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: FAFERJ.

Wacquant, Loïc

2010 Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity. *Sociological Forum* 25(2):197-220.